

Este estudo procura refletir, a partir da atual conjuntura sul-americana em relação a suplementos energéticos, qual a postura da Argentina no sistema internacional. A Argentina nas últimas duas décadas mudou sua postura em relação à YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales) sua antiga estatal de energia nos setores de petróleo e gás, a qual sofreu um processo de privatização na década de 90.

Fundada em 1922, durante o governo do presidente Hipólito Yrigoyen, a YPF nasceu com o propósito de estabelecer um meio para que o governo argentino impedisse a exploração estrangeira desordenada sobre seus hidrocarbonetos. Esta era uma estratégia que já estava em curso desde a criação do Diretório Geral de Exploração do Petróleo, após a descoberta, em 1907, de petróleo em terras nacionais. Apesar de sua nobre criação, a YPF não completou 70 anos como a empresa para a qual foi originalmente concebida, pois com a chegada da década de 1990 e o ideário neoliberal ganhando terreno, a Argentina do governo Carlos Menem, em meio ao processo de desestatização de empresas públicas, além de empresas do setor de telecomunicações e aeronavegação, também a YPF foi privatizada. Com o controle acionário passando para as mãos da espanhola Repsol, uma empresa europeia voltava a controlar o setor de petróleo e gás no país. Antes de um grupo privado argentino comprar parte das ações da empresa diretamente da Repsol, o controle estrangeiro chegou a superar 70% das ações da empresa. Com a divisão da maior parte das ações entre grupos privados, o Estado argentino permaneceu com apenas uma porcentagem irrisória de participação, apesar de nunca lhe ser retirada a posse da ação de ouro.

A situação modificou-se quando a atual presidente da Argentina, Cristina Kirchner, anunciou a estilização da Repsol-YPF por parte do governo argentino em abril de 2012. Entretanto a atitude argentina pode parecer um tanto peculiar, visto que à época deputada Cristina Kirchner apoiou a privatização da indústria na década de 90.

A análise de tais fatos levanta a questão sobre o que mudou tão drasticamente, para que em apenas duas décadas a situação se invertesse de tal forma para que os apoiadores da privatização fossem aqueles agora liderando o movimento de re-estatização. É observando o posicionamento argentino, durante o período, por meio de pronunciamentos, documentos e medidas, e de como suas políticas energéticas evoluíram, que este estudo será realizado. Seu propósito é melhor compreender os fatores que levaram à nacionalização e à modificação da postura de Cristina Kirchner quanto à propriedade da YPF.